

O Estado 15-VIII-1970

# Resenha bibliográfica

estudou vários anos o problema e apresenta os vários métodos utilizados na medição científica do significado conotativo usado.

No ensaio "A nova retórica científica" Nathan Maccoby, Psicólogo da Comunicação na Universidade de Stanford, procura enfrentar os seguintes problemas: existe um conjunto de princípios pelos quais podemos prever que uma determinada comunicação terá um efeito desejado num receptor específico? Tais princípios estão englobados no estudo dos problemas que os estudantes aprendiam como sendo as "Regras da Retórica". A pesquisa em comunicação procura formular uma nova retórica, destacando o A. os esforços de Ovlund neste sentido e seu pioneirismo intelectual.

Enriquecem o volume os estudos de Joseph T. Klapper sobre "Efeitos sociais da comunicação coletiva", de Eleanor E. Maccoby sobre "O efeito da televisão nas crianças" e o "Efeito da Comunicação no Comportamento Eleitoral" de Ithiel de Sola Pool.

**APRECIACÃO** — Trata-se de um conjunto de trabalhos fundados em pesquisa sobre comunicação coletiva, profundamente especializados e de ótimo nível; interessa ao comunicólogo, ao especialista em propaganda e ao público não especializado.

Finalmente, após termos lido os estudos que compõem o volume tomamos com uma observação machadiana do sr. Ithiel de Sola Pool no seu trabalho a respeito do "Efeito da comunicação no comportamento eleitoral", quando nota que "a influência direta dos meios de informação é maior quando não estimulam o interesse público a ponto de mobilizar o menos importante mas mais persuasivo sistema de comunicação oral" (página 115).

Maurício Tragtenberg

## História de uma cidade

**TÍTULO** — *Campinas, seu berço e juventude*, Publicações da Academia Campinense de Letras, n.º 20, Campinas, 1969.

**AUTOR** — Celso Maria de Mello Pupo é um estudioso profundamente identificado com os fatos de Campinas sobre os quais há anos se tem debruçado no interesse pela sua reconstituição e compreensão, dando-nos agora o resultado definitivo do seu laborioso trabalho, marcado pela preocupação revisionista e fatical.

**ASSUNTO** — No momento histórico em que Campinas volta a tornar-se a segunda cidade do Estado de São Paulo, graças aos seus índices demográficos e econômicos, melhor ensejo não poderia haver para o estudo da sua origem, formação e desenvolvimento, do que o oferecido pelo aparecimento deste livro, que figura na Coleção de Publicações da

Academia Campinense de Letras, hoje com 21 volumes editados, entre os quais encontramos também outros títulos relacionados com a história daquela cidade.

O autor procura esquematizar seu estudo da evolução histórica de Campinas, destacando o domínio de três etapas cíclicas da economia agrária local, obedecendo uma sequência que naturalmente permitiu a coexistência dos produtos ao longo dos períodos de transição de uma cultura para outra.

Sujeitando o seu estudo a esse critério — discutível como qualquer outro — o sr. CMMMP procura mostrar que a evolução urbana de Campinas esteve condicionada, pelo menos até o nosso século, a três produtos: o milho, o açúcar e o café.

Não ficando exclusivamente ao nível de simples crônica, muitas vezes romanceada e sem qualquer aparato bibliográfico, vícios de que tanto padece a historiografia das cidades do interior de São Paulo, o autor nos dá antes um livro que é fruto de pesquisas atentas e de reflexão, fundadas em manuscritos e em variada bibliografia, na qual se nota certo desnível entre as obras utilizadas. Isto, entretanto, não dificulta o autor no seu incisivo empenho revisionista, que se encontra a cada passo, no tratamento dos mais diversos fatos consagrados já na tradição e na historiografia oficial de Campinas.

Assim, novas conclusões, geralmente em caráter polêmico, são apresentadas pelo autor ao procurar, por exemplo, retificar a data da fundação em relação ao efetivo surgimento do povoado (pág. 35); ao mostrar as dimensões exatas da primeira escala (pág. 43); ao desfazer o que chama de "lenda dos três povoados" (pág. 48); ao procurar desmanchar a fama de crueldade atribuída aos senhores de Campinas para com os seus escravos (pág. 82); ao discutir sobre quem teria plantado o primeiro pé de café na região (pág. 141), etc.

Pelas demoradas descrições e pela massa de informações que conseguiu ordenar, trabalhando inclusive os dados oferecidos pelos recenseamentos coloniais, este trabalho subsidiará, de maneira significativa, estudos mais especializados que se queira fazer, por exemplo, sobre a arquitetura urbana e a decoração interna das residências (págs. 90 e 180), sobre os costumes sociais (págs. 98 e segs.), etc. Aliás, a descrição da sofisticada sociedade campineira da segunda metade do século XIX, com os seus francesismos, constitui uma das partes mais substanciais do seu livro, mostrando bem o que aquela grei tinha de pródiga e ociosa, muito embora essa pretensão não estivesse possivelmente nas cogitações do autor, o que se denuncia pela posição que adota, com certa frequência, e que resvala num certo romantismo na medida em que procura convencer-nos sobre a confraternização que sempre teria prevalecido entre senhoras e escravos (pág. 78) e entre ricos e pobres (pág. 96).

Embora nos pareça sensata a conclusão a que chega o autor ao estabelecer que em 1785 não havia ainda indústria de açúcar, isso porque os lavradores então arrolados não possuíam escravos em numero suficiente, isto é, tinham quantidades que variavam apenas de 5 até 13, para produzir o açúcar em escala compensadora, o que destrói as informações que Saint Helaire e d'Alincourt dão nesse sentido, a simples fundamentação no numero de escravos oferece entretanto a possibilidade de objeções também aceitáveis. Apenas para mostrar a relatividade do dado **escravo-açúcar** no tocante à relação **homem-produção**, lembramos, por exemplo, que o rol de Senhores de Engenho, assim chamados, existentes no ano de 1806, em Campinas, acusa 12 senhores com 13 e menos escravos cada um. Mais ainda, esse mesmo levantamento feito por nós de acordo com os dados contidos nos manuscritos de Caixa 26 — População Campinas, Tempo Colonial, do Arquivo do Estado de São Paulo, demonstra muitos lavradores que possuem mais escravos que os senhores de engenho, sem terem lavoura canavieira, como ainda muitos que a possuíam então, mas não eram chamados senhores de engenho.

Ao reconhecer o milho como lavoura predominante nos primeiros tempos de Campinas, o que corresponde ao primeiro capítulo do seu trabalho, o autor poderia ter, no texto desse capítulo, dado maiores informações sobre esse produto e as implicações que sua cultura teve, pois na verdade ficamos sabendo ter sido o mais difundido, apenas pelo quadro que nos dá a pág. 32, uma vez que no mais o milho pouco aparece nas suas considerações.

No que diz respeito às fontes documentais e bibliográficas utilizadas, ao ordenar sua citação, o autor o faz de maneira especial, pelo que o leitor não habituado terá maior trabalho em remeter-se à indicação propriamente dita.

Assim, ao citar uma fonte mais de uma vez, o autor o faz colocando no corpo do texto principal, entre parêntese, o numero da primeira nota em que aquela fonte foi citada, sem repeti-la, contudo, novamente, no rodapé da respectiva página. Ainda em matéria de citações, algumas particularmente referentes a documentos careciam de indicações mais detalhadas, como é o caso, por exemplo, das notas de rodapé n.º 66 (pág. 50) e 270 (pág. 170), ou pelo menos o local em que se acham os inventários utilizados para as informações da pág. 98.

Uma ou outra repetição desnecessária, como o esmoliar do primeiro vigário (págs. 50 e 51); a indicação da nota 81 (pág. 56) que dá o nome da coleção, como sendo o da obra do b'spo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, além de algumas citações feitas de segunda mão, quando o acesso às obras originais teria sido fácil (págs. 45, 78, 144 e 148), são alguns, entre outros pequenos reparos que fazemos, que poderiam ser evitados.

José Roberto do Amaral Lapa